

# Estética racial (in)desejada nos elementos provocadores da prova oral do Celpe-Bras? Percepções racializadas sobre a exclusão do segmento negro e supervalorização da branquitude

*(Un)desired racial aesthetics in the provocative elements of the Celpe-Bras oral test? Racialized perceptions about the exclusion of the black segment and overvaluation of whiteness*

**Robson Batista Moraes**



[robsonbmoraes5@gmail.com](mailto:robsonbmoraes5@gmail.com)

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

**Amanda Santiago Souza Melo**



[asantiaгомelo@gmail.com](mailto:asantiaгомelo@gmail.com)

Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

**Erivelton Nonato de Santana**



[ensantana@uneb.br](mailto:ensantana@uneb.br)

Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, BA, Brasil.

## Resumo

A branquitude possui uma espécie de contrato não verbalizado entre si, ou seja, um tipo de pacto narcisista, cujo objetivo é manter intocáveis os privilégios econômicos e simbólicos de pessoas brancas e a exclusão dos negros. A pesquisa está situada no campo da Linguística Aplicada, dentro da grande área da linguagem e na subárea de estudos de português para falantes de outras línguas. Ela objetiva realizar análises sobre racismo e linguagem a partir dos Elementos Provocadores (EPs), utilizados na parte oral do Exame Celpe-Bras, com foco especial em 20 EPs da edição de 2005.1.

**Palavras-chave:** Racismo; Linguagem; Celpe-Bras; Branquitude.

## Abstract

Whiteness has a kind of non-verbalized contract, in other words, a narcissistic pact whose main purpose is to maintain the economic and symbolic privileges of white people and to exclude black people. This research is in the field of Applied Linguistics, inside the large field within Language and in the subarea of Portuguese Studies for Speakers of Other Languages. In fact, this research aims to analyse racism and language taking the Provoking Elements (PEs) used in the oral test of Celpe-Bras (Certificate of Proficiency in Portuguese for Foreigners) focusing on 20 PEs from the edition of the first semester of 2005.

**Keywords:** Racism, Language, Celpe-Bras, Whiteness.

## FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 19/10/2023

Aprovação do trabalho: 05/06/2024

Publicação do trabalho: 02/09/2024



10.23925/2318-7115.2024v45i4e63953



## 1. Introdução

A escritora negra Kilomba (2019) explica que, devido à experiência do racismo, pessoas negras percebem, interpretam e se movem no mundo de forma distinta de pessoas racialmente brancas. Logo, cabe destacar que esse artigo é produzido por uma pesquisadora negra e dois pesquisadores negros e, portanto, vozes dissidentes que emanam da periferia do capital.

O processo de compreensão da cena sociopolítico-educacional brasileira hodierna requer empreender esforços intelectivos e visitação à história passada de um país que tem uma relação conturbada com seu passado escravocrata, racista e inconcluso. O fantasma da escravidão ainda assombra o país. Parte do Brasil, país pós-colonial, ainda não conseguiu desatar-se por completo das amarras ideológicas e discriminatórias/racistas análogas à escravização negra que, por sua vez, perdurou cerca de 400 anos. O Brasil foi o último país do mundo ocidental a “abolir” formalmente a escravização, em 13 de maio de 1888, mas não assegurou à população negra os seus direitos sociais básicos como: acesso à educação de qualidade, saúde, emprego digno, direito à propriedade privada, dentre outros.

A despeito de todas as contestações sobre a farsa da abolição, realizadas pelos Movimentos Negros, e dos relativos avanços sociais conquistados nas últimas décadas com os governos progressistas e de esquerda, o segmento racial negro ainda é discriminado de diversas formas, sobretudo, no âmbito do mercado de trabalho. Os negros continuam sendo os mais segregados dos altos cargos de liderança e, com algumas exceções, persistem de forma imposta a engrossar os índices de desempregos, analfabetismo, evasão escolar e ainda são os que menos têm acesso ao ensino superior, principalmente, em cursos tidos como tradicionais como: medicina, direito e engenharias.

Um dispositivo político importante que contribuiu para a relativa inserção do negro no mercado de trabalho foi, a título de exemplo, a criação da lei de nº 12.711 de 2012, “que dispõe sobre cotas sociais e raciais para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico e de nível médio” (Gomes, 2018. p. 37). Posteriormente, foi publicada a portaria normativa nº 4 de 6 de abril de 2018, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração nos concursos e no ingresso às universidades públicas e institutos federais. O objetivo é evitar as fraudes cometidas por não negros em certames.

À vista disso, foi também criada a lei nº 12.290, instituída em 2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para o provimento de cargos no âmbito da administração pública federal, das autarquias e das fundações públicas (Brasil, 2014). Ademais, a implantação da lei de nº 10.639/2003, que em 2023 completou 20 anos de existência, e da lei de nº 11.645/2008, que recomendam o ensino da história e cultura dos povos negros e indígenas brasileiros e suas respectivas diretrizes, no sistema educacional brasileiro – Educação Básica e Educação Superior – ainda perpetua, de diversas formas, ideologias racistas semelhantes às da escravização negra (Vaz, 2022).

Apesar da existência da lei de nº 10.639/2003, o sistema de educação brasileiro precisa passar urgentemente por um radical processo de descolonização, pois, com algumas exceções, diversas instituições continuam de múltiplas maneiras, tentando apagar os negros e suas culturas da agenda educacional, direcionando a educação pelo cariz eurocêntrico e de modo divorciado da diversidade brasileira. O caminho já foi desbravado pelos Movimentos Negros, todavia é necessário abalar profundamente a estrutura colonial de matriz branca-eurocêntrica que historicamente forjou a educação brasileira.

Diversos/as pesquisadores/as do campo da Linguística Aplicada, das Ciências Humanas e Sociais, a saber, (Ferreira, 2012; Nascimento, 2019; Moraes, 2020, 2021, 2022, 2023 ; Barbosa, 2015) e outros/as têm apontado, por meio de suas produções científicas, que a humanidade do grupo racial negro tem sido inferiorizada ou desconsiderada/apagada da centralidade das temáticas de pesquisas no campo da linguagem, dos currículos de formação, e em múltiplos materiais didáticos e não didáticos, mesmo naquelas produzidas em territórios constituídos na sua maioria por pessoas negras, a exemplo das investigações produzidas neste campo do saber, no estado da Bahia (Moraes, 2020, 2021, 2022).

Além disso, os negros, bem como os indígenas, quase sempre são excluídos – não aleatoriamente – dos conteúdos dos livros de literatura, livros didáticos de línguas estrangeiras e língua materna, currículos e ementas de cursos de formação inicial e continuada de professores, de conteúdos utilizados na prova oral do exame Celpe-Bras e de diversos materiais que podem ser utilizados em variados contextos educacionais (Ferreira, 2012, Silva, 2011).

Autores como Almeida (2018), Abdias Nascimento (2016) e outros/as têm explanado que a deliberada exclusão de negros em diversos setores do corpo social, em razão da sua raça, classe,

deficiência, religião e/ou pertença geográfica, é apenas uma faceta do racismo na sua dimensão estrutural, que está ligado às peculiaridades da formação de cada Estado nacional. Desse modo, o racismo não deve ser compreendido apenas como um ato individual isolado, mas como um processo histórico, político, econômico e educacional que independe de intenção para se manifestar. Ou seja, no Brasil, ele é a regra/norma, não a exceção. Entretanto, essa violência racial tem sido corriqueiramente questionada pelas agremiações negras.

O apagamento proposital dos saberes/narrativas/escrevivências dos segmentos negros e indígenas pela branquitude em diversos âmbitos da sociedade e, sobretudo, no campo da educação, não está somente atrelado à dimensão estrutural do racismo, mas também à sua aceção institucional porque, de certo modo, é a branquitude quem constrói as narrativas/teorias/currículos mesmo sem considerar a pluralidade da população e quem decide, com algumas exceções, os rumos das instituições brasileiras (Almeida, 2018; Bento, 2022).

A estudiosa da questão racial, Kilomba (2019), advoga que o racismo institucional coloca sujeitos brancos em uma alavancada vantagem em relação a pessoas negras e indígenas porque a branquitude tem ao seu favor o “controle/gestão” do aparato institucional. Dessa forma, historicamente a branquitude mantém privilégios por gerações e distribui/transmite favorecimentos entre seus iguais, ou seja, aquilo que Bento (2022) denomina de “pacto narcísico da branquitude”, isto é, “o pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa a manter seus privilégios simbólicos e materiais”. É claro que eles competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram iguais (Bento, 2022, p. 19).

Dessa maneira, pelo fato de a branquitude ter em seu favor o “controle” das instituições, ela é a principal responsável por criar/ditar as regras dos editais, as normas, a elaboração de currículos de cursos de formação de professores; a definição das referências bibliográficas, o horário (turno) de funcionamento dos cursos, os valores das taxas de inscrições, a língua estrangeira a ser exigida nos processos seletivos e concursos, a obrigatoriedade da língua estrangeira e as regras dos certames. Assim sendo, essa mesma branquitude é responsável por excluir de maneira não aleatória os saberes negros e indígenas no ambiente educacional.

Em outras palavras, as regras dos regimentos dos cursos de graduação e pós-graduação, as seleções de mestrado e doutorado, os exames de língua estrangeira e as ementas dos cursos dizem muito sobre a orientação político-ideológica e a visão de mundo de quem as seleciona e ensinam. Essas questões apontam para o racismo institucional como principal ocasionador do

---

apagamento/invisibilidade das epistemologias dos segmentos negros e indígenas no corpo social do país.

Antes mesmo de levantarmos qualquer questionamento, primeiramente expomos aqui, com base nas ideias da pensadora negra, Kilomba (2019), que pessoas racialmente brancas de hoje não são totalmente responsáveis pelo processo de escravização do passado, todavia, ninguém escapa do passado. Sendo assim, elas têm o dever moral de tentar equilibrar a sociedade em que vivem e não reproduzir consciente ou inconscientemente e, de diversas formas, o racismo anti-negros e anti-indígenas. Ser antirracista deveria ser uma condição indispensável para qualquer pessoa não negra.

A aludida autora afirma que “à língua, por mais poética que possa ser, tem também a dimensão de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade” (Kilomba, 2019, p. 14). Em outras palavras, não existe discurso neutro nem original. A reiterada exclusão de negros e indígenas de diversos setores da sociedade, de múltiplos materiais didáticos e da centralidade de projetos de pesquisa científica é algo deliberado e, portanto, um projeto político racista, em curso, na sociedade brasileira.

Todo discurso é intencional, proveniente de outros discursos preexistentes, orientado por uma ideologia, situado sociorracialmente, e objetiva a apontar para uma perspectiva possível de uma dada cultura-complexa, marcada por contradições e antagonismos. Assim, o sociólogo Florestan Fernandes afirma, em sua obra “Em busca do Socialismo – Últimos escritos & Outros textos”, de 2018, que não existe neutralidade possível; o intelectual deve optar entre o compromisso com os exploradores ou com os oprimidos.

Ainda de acordo com as palavras de Kilomba (2019), não se pode conceber o discurso divorciado de questões ideológicas; portanto, quando muitas pessoas acadêmicas brancas “reivindicam um discurso neutro e objetivo, elas não reconhecem o fato de que também escrevem de um lugar específico que, certamente não é neutro, nem objetivo, nem universal, mas dominante” (Kilomba, 2019, p. 58).

À vista disso, todo discurso teórico é, em certa medida, carregado de emoções, ideologias, motivações e subjetividades, ressaltando que toda teoria é sempre localizada racialmente porque sempre é escrita por alguma pessoa. Logo, os discursos são materializados nos textos escritos ou não escritos.

Baseando-se nas reflexões e nos argumentos apresentados anteriormente, lançamos neste excerto do artigo a seguinte indagação: É possível, em certa medida, a não reprodução do racismo estrutural à brasileira por meio da linguagem no exame que certifica proficiência em Português para Estrangeiros (Celpe-Bras)? O exame Celpe-Bras fugiria essa regra?

A partir das questões postas neste artigo, pretendemos problematizar se os principais grupos raciais brasileiros – negros, indígenas, brancos, etc – são proporcionalmente representados nos conteúdos dos Elementos Provocadores da parte oral da edição de (2005.1) do exame Celpe-Bras, e se eles, em certa medida, dialogam com a concreta pluralidade étnico-racial brasileira. Caso não haja imagens ou haja somente textos escritos dispostos nos Elementos Provocadores, é averiguado se esses textos, de alguma forma, abarcam em seus temas questões atinentes à diversidade racial brasileira ou se eles só privilegiam/contemplam apenas questões ou/e a estética da branquitude.

É válido sublinhar que analisamos 20 Elementos Provocadores, mas focalizamos o nosso olhar atento sobre aqueles que trazem notoriamente, de alguma forma, questões relativas aos negros e suas culturas. Além disso, como já foi realizado por Moraes (2021, 2022) em outros trabalhos, esta análise não contempla os roteiros de interação face a face que normalmente são utilizados no momento da entrevista da prova oral do exame, que dura, por sua vez, cerca de vinte minutos.

Neste sentido, nosso objetivo principal não é fazer uma análise minuciosa e descritiva de todos os Elementos Provocadores, mas sim, fazer, por via do fenótipo, uma associação analítica entre os materiais e a realidade étnico-racial brasileira para, posteriormente, confrontá-los. Essa ação é orientada pelos dados sobre a proporção dos grupos raciais brasileiros disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2022). É importante olhar os dados e perceber se eles estão alinhados com a realidade racial brasileira.

A análise é realizada com base nos construtos teórico-metodológicos interdisciplinares (Moita Lopes, 2016) da Linguística Aplicada (LA), cuja pretensão é teorizar sobre problemáticas sociais entrelaçadas aos usos da linguagem nas práticas sociais. Além disso, as pesquisas realizadas no campo epistemológico da LA objetivam interrogar sobre questões sociolinguísticas, etárias, sociorraciais, decoloniais, de gênero, religião e acerca de outros assuntos socialmente relevantes, pelo menos para os grupos sociorraciais historicamente perseguidos e àquelas pessoas sensíveis e politicamente engajadas às causas antirracistas. Porém, muitas demandas

sociais dos grupos socialmente marginalizados ainda têm recebido pouca atenção e, às vezes, não são pautadas como prioridade na agenda dos estudos de português para estrangeiros no Brasil, na grande área da linguagem.

Esta discussão pode colaborar com os estudos no campo da linguagem, em especial na área de investigação de ensino e aprendizagem de Português para Falantes de Outras Línguas - PFOL, no cenário brasileiro. A reflexão pode contribuir para esse supramencionado campo do saber porque, conforme relatam alguns autores como Barbosa (2015), Moraes (2020, 2021, 2022) e Silva (2018), ainda há poucas discussões e trabalhos desenvolvidos atinentes às questões étnico-raciais no âmbito das pesquisas produzidas na seara do ensino de PFOL e, mais precisamente, no que tange a discussões acerca do cruzamento entre linguagem e o racismo no exame Celpe-Bras.

Este fato também pode ser ratificado ao realizar consultas sobre pesquisas científicas disponíveis nos sites do repositório da CAPES, no acervo do Celpe-Bras, no site da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e em sítios virtuais de Programas de Pós-Graduação no campo da linguagem espalhados pelo país (Moraes, 2020, 2021, 2022).

Apesar de os negros - pretos e pardos – representarem a maioria esmagadora da nação brasileira, ou seja, 56% dessa população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda existe um déficit considerável de pesquisas científicas produzidas no campo do ensino e aprendizagem de português para falantes de outras línguas que abarquem na sua centralidade problemáticas relativas aos negros e indígenas brasileiros em simbiose com o racismo e a linguagem. Isso significa que o tema em questão não tem recebido a devida atenção dos pesquisadores/as desse campo, não sendo frequentemente escolhido como objeto de estudo nem recebendo amplas discussões na comunidade científica.

Isso fica evidente em pesquisas realizadas por Moraes (2020, 2021, 2022) e Moraes e Santana (2020), que investigaram relações étnico-raciais e representações da cultura afro-brasileira em quatro edições da etapa oral do exame Celpe-Bras (2003.1, 2003.2, 2004.1 e 2004.2), e constataram que há uma acentuada exclusão de corpos negros e indígenas brasileiros e, por outro lado, a supervalorização da branquitude nos conteúdos e nas imagens dos Elementos Provocadores investigados.

Além disso, Moraes (2020) catalogou e ratificou, em análises feitas em pesquisas científicas produzidas no campo em tela, em 4 universidades públicas (federais e estaduais baianas), que

assuntos referentes aos negros e indígenas pouco aparecem na centralidade das temáticas de pesquisas científicas realizadas no estado da Bahia, com exceção dos trabalhos de Duarte (2019) e Moraes (2021), ambos realizados no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura – PPGLinC, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador.

As reflexões e os dados apontados pelas pesquisas científicas realizadas por alguns autores/as negros/as e não negros/as do campo de ensino de português para falantes de outras línguas dão indícios de que as questões negras e indígenas não são devidamente tratadas como algo relevante e pertencente à cultura brasileira. De fato, as pesquisas vêm comprovando que há um exponencial apagamento desses grupos raciais nos materiais da prova oral do exame Celpe-Bras.

Posto isso, compete sublinhar que só há racismo porque há linguagem, dito de outra forma, não há racismo fora da linguagem porque o racismo se manifesta de diversas formas por meio da linguagem explícita, ou seja, como forma de discriminação direta, através de xingamentos ou palavras ofensivas proferidas contra pessoas negras ou indígenas. Além disso, o racismo se manifesta também como forma de discriminação indireta. Isso ocorre mediante o apagamento de vidas-saberes-línguas-culturas, e pelo “não dito”, que diz muito. Outra manifestação é a deliberada exclusão da estética e dos corpos negros e indígenas em diversos contextos do corpo social e, sobretudo, no sistema de educação.

Por conseguinte, diversos autores como Almeida (2018), Kilomba (2019) e Nascimento (2019), por exemplo, defendem a tese de que o racismo excede a concepção individualista, ou seja, ele extrapola os limites da violência física ou verbal contra grupos minorizados. Isto é, por meio da linguagem ofensiva escrita ou oral dispensada a pessoas negras ou indígenas. O racismo pode se manifestar pelo não dito, ou seja, pelo intencional silêncio, apagamento e pela naturalização da negação/ausências dos corpos-estéticas de pessoas negras e/ou indígenas, culturas e histórias negras, expressas, por exemplo, em materiais usados para fins didáticos, a saber: livros, revistas, filmes, vídeos, séries, textos orais e escritos, e da supervalorização da estética de cariz branco-europeu, e modos de vida, línguas-culturas da branquitude, em detrimento da cultura dos negros e indígenas no Brasil. O mais surpreendente é que isso é pouco explorado nesse mencionado campo de investigação.

No que tange ao conceito de branquitude aqui evocado, de acordo com Schucman (2012), este conceito refere-se ao lugar alavancado e privilegiado dos brancos na hierarquia social

brasileira em razão do racismo. Contudo, é válido ressaltar que esses privilégios são considerados injustos, pois historicamente eles se dão com base na deliberada exploração e extermínio da população negra e indígena. A branquitude também pode ser entendida como a ideia falaciosa da “superioridade” moral, intelectual e estética associada às pessoas brancas (Schucman, 2012).

## 2. O exame Celpe-Bras

Com uma história de mais de 20 anos de existência, o Celpe-Bras é o único exame reconhecido pelo governo brasileiro que confere Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros e foi desenvolvido e outorgado pelo Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2020).

O Celpe-Bras é um importante instrumento de políticas linguísticas promovidas pela nação brasileira. Elaborado por uma comissão técnico-científica de professores especialistas do campo da Linguística Aplicada e aplicado pelo Estado brasileiro através de embaixadas e outras instituições credenciadas ao redor do mundo, esse exame pode ser utilizado como referência para professores-pesquisadores ligados ao campo de ensino e aprendizagem de PFOL, gestores educacionais, avaliadores e aplicadores do exame e demais interessados (Diniz, 2010).

O Celpe-Bras custou aos candidatos da última edição de 2023.1 cerca de R\$240,00 e se baseia na ideia de proficiência a partir do uso adequado da língua para desempenhar ações no mundo. Em sua estrutura, são considerados os aspectos textuais e, sobretudo, os discursivos, tais como o contexto, propósitos e interlocutores envolvidos na interação. Referente à proficiência, este exame pressupõe que os participantes de diferentes níveis linguísticos são capazes de desenvolver ações na língua portuguesa brasileira, destacando-se que pode haver variação no desempenho (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP], 2023).

Postulado com base em uma abordagem comunicativa, o Celpe-Bras compreende a realização de tarefas que englobam quatro habilidades, a saber: compreensão leitora e auditiva e produção textual oral e escrita. Em vista disso, o uso da língua é destacado em todas as etapas do exame. Ele conta com avaliações que abarcam a compreensão, a produção textual oral e a escrita,

portanto, as avaliações são integrais. Ele mede a competência e o desempenho do falante no uso da língua portuguesa brasileira.

A partir da perspectiva da comunicação e da competência dos falantes do Português para estrangeiros, o uso da língua não está dissociado da cultura, sobretudo nas convenções sociais. Portanto, “[...] a competência dos falantes determina-se pela sua capacidade de realizar-se em diversas situações comunicativas [...]” (Lilova, 2010, p. 79). Dessa maneira, a competência comunicativa é avaliada com fundamento na capacidade do examinando de se sair relativamente bem em situações que se assemelham ao uso da língua na vida cotidiana. Em outras palavras, considera-se o desempenho nas atividades da vida diária dos sujeitos envolvidos no processo de interação.

O Celpe-Bras é composto por uma parte escrita, a qual tem por fito avaliar a compreensão oral e escrita e a produção textual regida pela língua portuguesa, e uma parte oral, presencial com o profissional avaliador aplicador, que avalia o desempenho na compreensão e nas produções orais da língua. A proficiência, portanto, é resultado da soma do desempenho nas provas escrita e oral. Vale destacar que o exame inclui práticas de uso do português brasileiro, as quais possam ocorrer na vida diária de um estrangeiro (Inep, 2023).

Após explicar a estrutura do exame, cabe falar sobre sua origem. Assim, o Celpe-Bras surge da necessidade linguística e econômica do Brasil frente à importância do português no cenário internacional e, a partir disso, as ações brasileiras para estimular o desenvolvimento econômico da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essas ações surgem, em princípio, da inserção do Brasil no bloco econômico MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e em associações de países que promovem a valorização da língua portuguesa, como a CPLP (Diniz, 2010).

Referente à língua portuguesa e sua relevância mundial, no século XX, vários intercâmbios econômicos, científicos e culturais ocorreram envolvendo o Brasil e diversos países. Esses acontecimentos levaram à necessidade da criação de meios legais para incentivar, estruturar e legitimar os acordos entre esses países. Além disso, foi necessário validar cursos e formações institucionais realizadas aqui no Brasil. Com essa finalidade, foi criado pela República Federativa Brasileira o exame denominado Celpe-Bras (Machado, 2011).

Essa avaliação surgiu em resposta aos inúmeros eventos relacionados à língua portuguesa e à necessidade de criar materiais didáticos para falantes estrangeiros, além de publicações em português, para fortalecer as relações científicas e comerciais com o Brasil (Machado, 2011). O

Celpe-Bras se tornou um dos maiores instrumentos de promoção e difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira e é aplicado em centenas de postos aplicadores no Brasil e no mundo.

### 3. Análise e discussão dos dados

O Brasil é um país historicamente marcado por profundas desigualdades de gênero, classe e, sobretudo, de raça. O racismo anti-negro é um sistema de negação de direitos e o principal responsável por essas desigualdades e pela má distribuição de renda imposta no país. Isso porque ele se manifesta no tratamento seletivo dado a pessoas negras e indígenas, baseado em sua origem social, raça, cor de pele (fenótipo) e a religião, especialmente quando as pessoas negras são praticantes de religiões de matriz africana, o que se denomina neste último caso de racismo religioso.

Com base no pensamento citado acima, é válido explicar que esta seção do artigo é destinada à análise e discussão dos dados presentes nos Elementos Provocadores da parte oral do Celpe-Bras. Nesse sentido, considerando que, no Brasil, o racismo incide principalmente sobre a cor da pele das pessoas negras, o nosso foco de análise toma como base o fator fenotípico (aparência física) das pessoas/imagens presentes nos materiais observados, conforme dados apresentados no quadro a seguir:

**Quadro 1** – Elementos Provocadores (EPs) da edição de 2005.1

Edição do Celpe-Bras	Título do Elemento Provocador	Tema do Elemento Provocador	Fonte do Elemento Provocador	Questões/Representações da cultura afro-brasileira
2005-1-01	Gostar de Ler	Postura Educação	Veja	Não há presença de negros/as
2005-1-02	Mascotes Perigosos	Postura Corpo e saúde	Época	Não há presença de negros/as
2005-1-03	Proibido para menores	Ciência e tecnologia	Época	Não há presença de negros/as

2005-1-04	Uma pracinha chamada Shopping	Lazer e turismo	Zero Hora	Não há presença de negros/as Contém somente texto escrito
2005-1-05	Só meu e de mais ninguém	Posturas	Jornal da Pampulha	Não há presença de negros/as Discussão sobre profissões
2005-1-06	Movimento Estudantil	Posturas	Época	Não há presença do recorte racial negro
2005-1-07	Segunda Adolescência	Posturas Família	Época	Não há o recorte racial negro
2005-1-08	Eles não foram felizes para sempre	Posturas Família	Veja	Não há o componente racial negro
2005-1-09	Ninguém quer esses clientes	Posturas Negócios	Zero Hora	Não há presença de negros/as
2005-1-10	Televisão demais faz mal à saúde e pode viciar	Corpo e saúde	FSP	Não há questões raciais referente a negros/as
2005-1-11	Vagas para robôs	Ciência e Tecnologia	Estado de Minas	Não há questões raciais dos negros/as
2005-1-12	Estress sob controle	Corpo e saúde	Época	Não há presença de negros/as
2005-1-13	Timidez	Posturas	Época	Não há presença de negros/as
2005-1-14	Cabe mais um?	Ambiente	Galileu	Não há presença de negros/as
2005-1-15	Paternidade	Postura Família	Marie Claire	Não há presença de negros/as

2005-1-16	Nada convencionais	Posturas Corpo	Estado de Minas	Não há o elemento racial negro
2005-1-17	Mesada faz bem	Economia Posturas Família	Crescer	Não há presença de negros/as
2005-1-18	O valor do brasileiro	Posturas	IstoÉ	De um grupo de 60 pessoas, existe a presença de raras pessoas negras
2005-1-19	Escola da vila	Educação	Educação	Dentre as pessoas brancas há 7 imagens de pessoas negras
2005-1-20	Chave do carro	Posturas Família	Sem Fonte	Não há elementos sobre questões raciais sobre negros/as

**Fonte:** Dados retomados de Ronaldo Lima (2008), e adicionado o componente étnico-racial pelos autores.

No Elemento Provocador de nº 18, da edição de 2005.1, conforme pode ser visto no acervo do Celpe-Bras: <https://www.ufrgs.br/acervocelpebras/acervo/>, que tem como temática: O valor do brasileiro, extraído da revista “Isto é”, podemos perceber que, na imagem ilustrada no referido EP, há diversas pessoas negras e não negras juntas, mas a proporção de brancos é visivelmente maior do que a de pessoas negras. Posto isso, cabe sublinhar que a temática presente na imagem traz a figura da bandeira nacional, com a frase: “Ordem e Progresso”, e existem diversas pessoas como pano de fundo. A imagem sinaliza para uma suposta “harmonia racial” entre brancos e negros, como se assim fosse na vida cotidiana, mas este fato é um equívoco ainda muito propagado pelo mito da democracia racial que, por sua vez, já foi desmascarado pelos coletivos e Movimentos Negros.

Nesse mesmo Elemento Provocador de nº 18, em foco, há uma supervalorização da estética racial da branquitude, como também foi constatado em pesquisas realizadas em materiais semelhantes de outras edições analisadas por Moraes (2021, 2022). Os dados sugerem que a

estética ou aparência desejável das pessoas brasileiras pelo exame é a da branquitude. Isso é fator revelador de como o racismo continua sendo perpetuado por meio da linguagem nos materiais desse exame.

A pesquisadora Bento (2022) aponta que a "branquitude possui um componente *narcísico* de autopreservação, como se o diferente ameaçasse o "normal", o "universal". Este sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito" (Bento, 2022, p. 18). Neste Elemento Provocador em foco, pode-se perceber que a estética negra não foi devidamente valorizada em detrimento da aparência das pessoas racialmente brancas como forma deliberada de manutenção de privilégios da branquitude, ainda que simbólicos. Na visão de Schucman (2012), para além dos aspectos genéticos, no Brasil, a branquitude está relacionada ao status e ao fenótipo que, em certa medida, garantem aos brancos privilégios e passabilidades livres em alguns ambientes. Compete sublinhar que as imagens analisadas nesse aludido exame reforçam o racismo e o culto a brancura através de uma "sofisticada" linguagem.

As pesquisas sobre branquitude realizadas por Bento (2022) apontam que a representação excessiva de pessoas brancas em múltiplos espaços está atrelada a uma pseudo ideia de mérito – "esforço próprio"; o que na verdade é um discurso estratégico e amplamente utilizado pela branquitude para justificar as desigualdades contra negros e outros segmentos raciais. Neste sentido, é perceptível uma hierarquização racial no EP, na qual os brancos estão em grande destaque, ou seja, em maior proporção, em relação aos negros, e a figura do indígena sequer aparece no material.

À vista disso, dos 20 Elementos Provocadores existentes nesta edição de 2005.1, somente em dois deles aparecem de forma patente as questões relacionadas à estética negra, como se pode perceber na análise seguinte. Da mesma forma, percebe-se a ausência de representação de pessoas cegas, pessoas com deficiências, Trans, autistas e de outros grupos na imagem, embora esses grupos façam parte da realidade presente no tecido social brasileiro.

No que se refere ao Elemento Provocador de nº 19, da edição de 2005.1, cuja temática versa sobre Escola na vila, a proporção de pessoas com o fenótipo semelhante aos dos negros é notavelmente inferior ao das pessoas lidas socialmente como brancas no Brasil. Observa-se na imagem a presença de diversas pessoas dispersas em um contexto escolar, todavia o quantitativo de representações da branquitude é maior. O mais curioso é que, assim como na análise do EP de

---

nº 18, a cena se repete no EP de nº 19, pois a estética da branquitude é resgatada e apresentada de forma privilegiada em relação aos não brancos.

É importante destacar o papel do racismo neste contexto. Há um pressuposto de que a branquitude é posta como mais exaltada nos materiais em análise. Essa mesma branquitude, que até certa medida, produz esses materiais que podem ser utilizados em múltiplos contextos escolares. Isso se deve ao fato de que, historicamente, a branquitude controla as instituições. Com poucas exceções, ela tem o poder de decidir que estética/fenótipo será ou não propagado/a em múltiplos materiais.

Nascimento (2019) aponta que o racismo está na estrutura das coisas, e a língua exerce um papel fundamental como parte dessa estrutura social. Para este autor “o racismo é produzido nas condições históricas, econômicas, culturais e políticas, e nelas se firma, mas é a partir da língua que ele materializa suas formas de dominação” (Nascimento, 2019, p. 19). Nesse aspecto, a língua pode ser amplamente utilizada como ferramenta de promoção de desigualdades raciais pelos grupos que detêm o poder institucional.

Bento (2022) assegura que “o racismo institucional, às vezes, se refere a práticas aparentemente neutras no presente, mas que refletem ou perpetuam o efeito de discriminação praticada no passado” (Bento, 2022, p. 78). Para esta mesma autora, é no processo de organização da instituição que, historicamente, se constrói a estrutura racista. O conceito de racismo institucional é uma obviedade e dispensa qualquer discussão, basta olharmos o perfil das pessoas que compõem os quadros das instituições.

Entender o racismo institucional como um tipo menos evidente é fundamental para perceber o processo e a maneira como as desigualdades de classe, raça e gênero são engendradas no corpo das instituições públicas e privadas (Bento, 2022). A sub-representação da estética negra nesses materiais é um forte indício do tratamento seletivo dispensado a esse grupo racial, como também aos indígenas, que – intencionalmente – não aparecem. Isso se dá porque os indígenas e os negros são colocados de forma imposta pela branquitude como pessoas menos importantes em uma escala racial.

Podemos refletir, nesta análise, sobre a operacionalização do racismo por meio da linguagem. Neste caso, o racismo não se apresenta como forma de ofensa negativa dirigida a negros, mas ele se mostra na sub-representação, na proporção desigual e não na valorização da

estética negra em relação à branquitude (Ferreira, 2012). Portanto, podemos inferir que a estética desejada nessa edição de 2005.1 não é a negra, nem muito menos a indígena, e sim a branca.

Os Elementos Provocadores desta edição de 2005.1 mostram uma representação desproporcional dos grupos raciais brasileiros, uma nítida incoerência pedagógica. Uma abordagem mais equitativa exigiria uma distribuição proporcional que refletisse a diversidade racial brasileira. Além disso, considerando a predominância numérica na população do país, o grupo racial negro deveria receber maior destaque. Esse fato é um aspecto que merece, no mínimo, séria consideração.

Na edição da parte oral do exame Celpe-Bras de 2005.1, aqui em destaque, constatamos, em termos percentuais, que, de um recorte de 20 Elementos Provocadores analisados, 65% das imagens apresentam a estética de pessoas brancas, isto é, a estética supervalorizada nos materiais é da branquitude brasileira. Nessa direção, foi atestado que 20% dos Elementos Provocadores consistem somente em textos escritos, sem nenhum tipo de referência às questões raciais relativas aos negros ou indígenas brasileiros.

No decorrer da realização da pesquisa, percebemos que apenas 10% dos Elementos Provocadores exibem pessoas racialmente negras. Isso indica que, embora os negros constituam a maioria populacional do país, isso não se estende aos materiais expressos na parte oral do exame. Nessa direção, notamos que 5% dos mesmos materiais traziam na sua temática questões relativas aos indianos – pessoas que são oriundas da Índia que, por sua vez, são historicamente classificadas como não brancos. Por outro lado, a figura representativa do indígena brasileiro não aparece em nenhum material investigado dessa edição em pauta.

Este recorte de pesquisa, embora limitado, sobre a parte oral do exame Celpe-Bras, nos informa e sinaliza para algo muito maior: a manutenção/reprodução do racismo estrutural anti-negros e anti-indígenas por meio da linguagem. Obviamente, que isso já era algo esperado em uma sociedade estruturada pelo racismo. Isso só foi confirmado por meio da linguagem nos materiais utilizados na modalidade oral do Celpe-Bras da edição em questão.

Portanto, refletimos que é quase impossível que o racismo estrutural e estruturante de todas as relações sociais não seja reproduzido neste exame. Só existe racismo porque existe linguagem, e isso é um fato constatado também nesta pesquisa. A linguagem que é comumente utilizada para reproduzir o racismo, de forma consciente ou inconsciente, pela branquitude precisa ser questionada no campo da linguagem no Brasil.

Por fim, cabe registrar que esta pesquisa não tem a finalidade de modificar ou interferir diretamente no formato em que vem sendo produzidos os materiais do exame Celpe-Bras, mas sim estimular reflexões e críticas sobre como o racismo é expresso nesses materiais, salientando que, obviamente, o racismo aqui não se manifesta de forma explícita ou como normalmente ele é apresentado por meio de palavras e termos depreciativos associados aos negros e indígenas. Aqui, o racismo se manifesta com outra face: por meio da ausência, do apagamento, da desproporção de imagens dedicadas à estética da branquitude em detrimento da negritude ou de qualquer outra representação racial diferente. (Moraes, 2020, 2021).

O racismo manifestado a partir do apagamento da estética negra não é menos danoso do que o racismo cometido por meio de xingamentos, ofensas verbais ou violências físicas contra negros e indígenas; ele apenas apresenta faces distintas, entretanto, são igualmente violentos e repugnáveis. É importante entender que o racismo é um sistema que objetiva apagar a humanidade/história dos negros de inúmeras formas e, apesar de questionada, a linguagem pode e tem sido historicamente uma grande aliada do racismo no Brasil (Silva, 1995).

### **Considerações quase finais**

As questões aqui problematizadas por nós, no texto, sobre a ausência e o apagamento intencional da estética racial dos negros e indígenas brasileiros nos Elementos Provocadores da parte oral do exame Celpe-Bras estão diretamente relacionadas ao racismo institucional e, portanto, à ausência de negros e indígenas dos espaços institucionais onde esses materiais são historicamente produzidos. Ou seja, há uma dupla ausência. A ausência dos negros e indígenas nas instituições precede a ausência deles nos materiais (Bento, 2022).

Cabe ressaltar que, devido ao próprio racismo institucional incrustado no interior das organizações públicas e privadas brasileiras, não são os negros e indígenas que decidem quais as imagens ou a estética que vão circular nos conteúdos de múltiplos materiais didáticos e não didáticos no Brasil. É preciso desnaturalizar as ausências de corpos negros e indígenas em múltiplos contextos, pois ainda são muito naturalizadas pelo racismo linguístico (Nascimento, 2019).

Esse fenômeno de apagamento da figura do negro e do indígena brasileiro é evidente em materiais didáticos e naqueles utilizados para fins educacionais, como os Elementos Provocadores

da parte oral do exame Celpe-Bras. Esta temática tem sido, corriqueiramente, objeto de pesquisa de diversos pensadores brasileiros. E já é consenso entre os pesquisadores que, nesses contextos, o racismo por meio da linguagem não é a exceção; normalmente ele tem sido a regra (Ferreira, 2012; Silva, 1995, 2011; Nascimento, 2019; Moraes, 2000, 2021, 2022, 2023).

Outro evento que constatamos com essa pesquisa é que, salvo algumas exceções, o pacto *narcisista* da branquitude, elencado pela estudiosa negra Cida Bento, é um dos principais responsáveis pela proposital exclusão dos negros e indígenas de diversos materiais didáticos e não didáticos, como também é a causa do processo de construção de uma identidade/imaginário sociorracial brasileiro pautado na branquitude, que efetivamente não dialoga com a concreta realidade vigente. Vale ratificar que o Brasil é um país constituído por maioria negra, apesar de todo o processo histórico de tentar negar o que é um fato consumado, e os mecanismos linguísticos “sofisticados” de tentar embranquecer e vender a imagem de um Brasil de cariz branco e de classe média.

O argumento que defendemos aqui é o seguinte: como historicamente a branquitude está em maior proporção em espaços de poder e de tomada de decisões importantes para os rumos da sociedade em relação aos negros e indígenas, essa mesma branquitude é quem decide qual é a estética/conteúdo racial a ser apresentada/o e vendido/a nesses materiais, os quais podem ser utilizados para diversos fins. Normalmente, com algumas exceções, o material reflete a visão de quem o idealiza. O grande problema é que há uma enorme incoerência nisso porque, efetivamente, os materiais produzidos em solo brasileiro, como os do próprio exame Celpe-Bras, deveriam refletir minimamente a diversidade sociorracial do país. Reiteramos que algo fora disso é um crasso desvio da cultura nacional e uma incoerência pedagógica gritante.

O racismo é algo esperado e patente nesses e em outros materiais analisados, e produzidos em contextos de países colonizados e escravizados. Isto é um fato contumaz. Porém, eles devem ser amplamente questionados e ressignificados nos mais diversos contextos escolares e extraescolares, e nunca naturalizados. Convém explicar que as ausências e apagamentos de negros e indígenas não são algo novo, nem muito menos aleatório nesses materiais. Sobretudo, quando se trata de materiais produzidos em um país que tem tradição/mentalidade escravocrata e racista.

Esses comportamentos de contornos racistas denotam indícios de que sejam práticas propositalmente e conscientes, a despeito de toda a tentativa de negação desse fato por parte da

branquitude brasileira, que tem sido historicamente a grande responsável por reproduzir/reforçar o racismo como forma politicamente estratégica de manter intocáveis/inquestionáveis os seus privilégios econômicos e simbólicos. O racismo produz vantagens simbólicas e econômicas para a branquitude.

O racismo produzido pela branquitude tem tradição no Brasil, e a linguagem sempre foi uma das suas grandes aliadas. Entretanto, os estudos críticos sobre relações raciais, produzidos por pesquisadores negros, indígenas e não negros antirracistas têm sinalizado para algo que deve ser interrompido, pois não é mais concebível que a branquitude construa epistemologias que não dialogam mais com a real diversidade cultural brasileira. Isso é inconcebível.

A tentativa de embranquecer a imagem do país é uma “velha tática” do racismo e um projeto eugenista nacional que não deu certo, mas o racismo ainda é um evento recorrente e, ao mesmo tempo, questionado pelos intelectuais antirracistas brasileiros. Na essência do racismo, a cor que se pretende ser “normal” e “universal” é a branca. Desse modo, é preciso questionar a construção ideológica de uma história branco-narcisista brasileira, que se pretende única, fazendo uma alusão ao termo elencado pela famosa intelectual negra e nigeriana Chimamanda Adiche (2019).

## Referências

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARBOSA, L. M. A. Procedimentos Interculturais e Diversidade ÉtnicoRacial do Brasil em dois livros didáticos de Português para Estrangeiros. **Revista Entrelínguas**, Araraquara, v. 1, n. 2, p. 223-236, 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/8061>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 109, p. 3, 10 jun. 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm). Acesso em: 10 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Celpe-Bras**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/celpe-bras>. Acesso em: 12 jul. 2023.

DINIZ, L. R. A. **Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira**. Campinas: RG, 2010.

FERREIRA, A. J. Identidades Sociais de raça no livro didático de inglês mais vendido no Brasil. **Identidade e Subjetividade: configurações contemporâneas**, Campinas, v. 1, p. 99-116, 2012.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. São Paulo: Editora Vozes, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?t=destaques>. Acesso em: 20 jul. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras)**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/celpe-bras>. Acesso em: 15 jul. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LILOVA, N. A. A abordagem intercultural no contexto búlgaro do ensino de PLE. In: SANTOS, P.; ALVAREZ, M. (org.). **Língua e cultura no contexto de português língua estrangeira**. Campinas: Pontes. p. 79-86.

MACHADO, T. R. M. Português do Brasil e cultura brasileira: transnacionalidade com o CELPE-Bras. **Raído**, [s. l.], v. 5, n. 9, p. 91-102, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/776>. Acesso em: 20 jul. 2023

MORAES, R. B. A questão étnico-racial no ensino de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) nas Universidades Públicas da Bahia. **Revista África e africanidades**, v. Ano, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-18, 2020.

MORAES, R. B.; SANTANA E. N. Reflexões sobre a questão étnico-racial e a cultura afro-brasileira na prova oral do exame Celpe-Bras. **Revista África e africanidades**, Rio de Janeiro, p. 21-37, 2020.

MORAES, R. B. **Reflexões sobre a Questão Étnico-Racial e Representações da cultura afro-brasileira na prova oral do exame CELPE-BRAS**. 2021. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35970/1/dissertacao\\_robson\\_batista\\_moraes.pdf](https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/35970/1/dissertacao_robson_batista_moraes.pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

MORAES, R. B. A atenção conferida ao segmento racial negro no exame CELPE-BRAS: apagamentos e problematizações. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 20, n. 2, 2022. Disponível em: [https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A10%3A10152634/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Aasc\\_holar&id=ebsco%3Agcd%3A164674779&crl=c](https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A10%3A10152634/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Aasc_holar&id=ebsco%3Agcd%3A164674779&crl=c). Acesso em: 21 jul. 2023

MORAES, R. B. A pertinência da aplicação da lei 10.639/2003 na formação de professores no campo do ensino e aprendizagem de português para falantes de outras línguas (PFOL). **Scripta**, [s. l.], v. 27, n. 60, p. 162-188. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/29992>. Acesso em: 21 jul. 2023.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, G. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

SCHUCMAN, L.V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na construção da branquitude paulista. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman\\_corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf). Acesso em: 21 jul. 2023.

SILVA, A. C. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? Por que mudou?. Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, A. C. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: Edufba/Ceao, 1995.

SILVA, D. L. A. **Racismo antinegros no português brasileiro e uma proposta de avaliação para professores de PLE**. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/3cbf9703-fc6d-4daa-ac08-5277c0258301/content>. Acesso em: 21 jul. 2023.

VAZ, L. S. **Cotas raciais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.